

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 151/2023

Processo de Compras n.º: 6050/2023

Repartição Interessada: Secretaria de Saúde e Higiene

**OBJETO:** Contratação de serviços de licenciamento de solução tecnológica consistente em software que integre o processamento dos dados da gestão da saúde do Município de Ribeirão Pires – SP, conforme as especificações contidas no presente Termo de Referência.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico acima mencionado, apresentado por **GIESPP GESTÃO INTELIGENTE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.042.997/0001-69.

### **1) DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO**

A Lei nº. 10.520/02 é aplicável ao caso, considerando a disposição transitória prescrita no art. 191 da Lei nº. 14.133/2021.

*Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.*

*Parágrafo único. Na hipótese do **caput** deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.*

Portanto, quem dita as normas do caso em análise é a Lei nº. 10.520/02, no entanto nada diz esta Lei com relação à impugnação ao edital. Quem delimita o tema é o Decreto Federal nº. 10.024/2019.

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.*

*§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.*

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação, na forma do edital do pregão em análise, consiste na regra abaixo.

*17.8. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração. é de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

Estando a sessão pública marcada para ocorrer na data de 24/01/2024, o prazo fatal para impugnar ocorreu até a última sexta-feira, 19/01/2024.

A pessoa jurídica impugnante apresentou sua peça na data de 19/01/2024, portanto, a sua pretensão é TEMPESTIVA.

## **2) DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNAÇÃO**

A pessoa jurídica impugnante traz em questão as seguintes ponderações:

*A – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO NO PREÂMBULO, CONTRARIANDO À LEI Nº 8.666/93 E À JURISPRUDÊNCIA DO TCE/SP;*

*B – DO DESCUMPRIMENTO À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO;*

*C - DA INCORRETA ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA AO PREGOEIRO PARA DECIDIR SOBRE IMPUGNAÇÕES;*

*D - DAS INCONGRUÊNCIAS TÉCNICAS.*

## **3) DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNAÇÃO**

*A – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO NO PREÂMBULO, CONTRARIANDO À LEI Nº 8.666/93 E À JURISPRUDÊNCIA DO TCE/SP;*

Resposta do (a) Pregoeiro (a) e equipe auxiliar:

O preâmbulo do Edital assinala expressamente que a licitação será *do TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO*.

Além disso, o item 11.1 também identifica o critério de julgamento.

*11.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as demais condições deste edital e seus anexos.*

Portanto, o edital identifica que a execução dos serviços a licitar será dada por preço certo e total (em outras palavras, empreitada por preço global, conforme previsão contida no art. 6º, VIII, a, da Lei nº. 8.666/93.

Cumprindo o edital a sistemática determinada no art. 40, VII da Lei nº. 8.666/93, informando o tipo de licitação, com o objetivo de nortear o critério de julgamento e outras condições elencadas no ato convocatório, IMPROCEDE a ponderação da pessoa jurídica impugnante sobre o regime de execução indicado no ato convocatório.

*B – DO DESCUMPRIMENTO À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO;*

Resposta do (a) Pregoeiro (a) e equipe auxiliar:

A CLÁUSULA SÉTIMA DA MINUTA DO CONTRATO (ANEXO VI DO EDITAL) – traz explicitamente regras sobre SEGURANÇA DO TRABALHO.

Portanto, IMPROCEDE a ponderação da pessoa jurídica impugnante, que sem razão alega omissão sobre o estabelecimento no edital de normas de segurança e saúde do trabalho no âmbito da execução contratual, advertindo que a minuta do contrato é anexo parte integrante do ato convocatório.

*C - DA INCORRETA ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA AO PREGOEIRO PARA DECIDIR SOBRE IMPUGNAÇÕES;*

IMPROCEDE a ponderação da pessoa jurídica impugnante, considerando que o art. 24, §1º, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, prescreve que caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

A mencionada regra do edital não poderá contrariar a legislação aplicável ao caso.

Sobre a jurisprudência apontada pela impugnante, à conta da falta do inteiro teor da mesma, ou seja, sendo apenas um recorte de um caso concreto, não há como se apontar o contexto pleno e correto onde se mostra devidamente aplicável a mencionada jurisprudência.

*D - DAS INCONGRUÊNCIAS TÉCNICAS.*

O órgão beneficiário da licitação indica no referenciamento do objeto do certame que a solução tecnológica consiste em software que integre o processamento dos dados da gestão, visando em seu projeto um ecossistema necessário para garantir a existência das funcionalidades integradas das soluções para a gestão.

Deste modo, a licitante vencedora se responsabilizará não somente pelos softwares, mas também com toda as tecnologias transcritas nos itens discriminados pela Impugnante no ponto *II.D* da sua impugnação. Tais itens consistem em meios de apoiar e complementar o núcleo objetado no certame, para que possam permitir a integralização das ações plenas e integrais dos serviços prestados ao público pela Secretaria de Saúde e Higiene.

Frisando que os itens supra foram descritos e quantificados de forma a garantir a cobrança real da execução dos módulos/aplicativos de sistema e equipamentos implantados e demais serviços de apoio.

Portanto, IMPROCEDE a ponderação da pessoa jurídica impugnante, no que diz respeito aos itens discriminados pela mesma no ponto *II.D* da sua impugnação, não merecendo qualquer reparo o rol de descritivos contidos nos lotes elencados no ANEXO III – Termo de Referência.

#### **4) DA DECISÃO**

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, na condição de pregoeiro, opino pelo conhecimento da impugnação, admitindo-a por tempestiva, porém, decidindo por **NEGAR PROVIMENTO** à mesma.

**A NOVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO SERÁ DIA 31/01/2024 ÀS 10:30 HRS.**

**DOUGLAS MENEZES SOUZA**

Pregoeiro

Obs.: Assinado nos autos.

Ribeirão Pires, 26 de janeiro de 2024.

## **JULGAMENTO/DECISÃO**

Ante os fundamentos trazidos pelo Pregoeiro do Município de Ribeirão Pires, acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas pelo Pregoeiro, como razões de decidir, **Acolhido Tempestivamente e proferindo-se a decisão por NEGAR PROVIMENTO** a impugnação apresentado pela **GIESPP GESTÃO INTELIGENTE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA LTDA.**

Informe-se na forma da Lei.

Ribeirão Pires, 26 de janeiro de 2024.

**CLOVIS VOLPI**  
Secretário de Saúde

Obs.: Assinado nos autos.



## Prefeitura

Rua Miguel Prisco, 288 - Centro  
(11) 4828-9840

